

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.872, DE 2014

Acrescenta parágrafo único ao art. 116 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para instituir a contratação obrigatória de seguros contra acidentes em relação a veículos oficiais.

Autor: Deputado LINCOLN PORTELA

Relator: Deputado LUCAS VERGÍLIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.872, de 2014, de autoria do Deputado Lincoln Portela, propõe a alteração do art. 116 do Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a contratação de seguro contra acidentes de trânsito, furto ou roubo para todos os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal. Segundo a nobre Deputado, não se justifica que autoridades envolvidas negligenciem o dever de zelar pelo patrimônio público.

Distribuída inicialmente às Comissões de Viação e Transporte Público (CVT); Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), a proposição está sujeita à apreciação conclusiva e regime de tramitação ordinário.

Ao apreciar a proposição, a CVT aprovou por unanimidade o parecer do Relator, o qual apresentou Substitutivo, que estende a exigência de seguro, com cobertura para danos à terceiros, às locadoras de veículo que prestam serviços à Administração Pública.

Posteriormente encaminhada para exame da CTASP, transcorreu o prazo regimental sem que fossem oferecidas emendas ao projeto.

Compete a esta Comissão examinar o mérito da proposta sob a ótica da Administração Pública, consoante disposto no art. 32, XVIII, 'q', do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 7.872, de 2014, de autoria do Deputado Lincoln Portela tem por objetivo tornar obrigatória a contratação de seguro de automóveis para os veículos oficiais.

É meritória a proposição, que, além de resguardar o patrimônio público, promove avanços na responsabilidade civil do Estado, na medida em que facilita a reparação de danos a terceiros em caso de acidentes causados por agentes públicos. Com efeito, uma vez reconhecida a culpa do agente público, os prejuízos serão reparados diretamente pela seguradora.

Ajustes, no entanto, são necessários a fim de aprimorar a proposição, seja para aperfeiçoar a redação, seja para incluir o texto normativo na Lei nº 1.081, de 1950, cuja matéria nos parece melhor vinculada ao tema por afinidade, pertinência e conexão, consoante determina o art. 7º, II, da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em face da relevante pretensão perseguida pela proposição e visando a aprimorá-la, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 7.872, de 2014, na forma do **Substitutivo** anexo.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado LUCAS VERGÍLIO
Relator

2016_18922.docx

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.872, DE 2014

Altera a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, para tornar obrigatória a contratação de seguro de automóveis para os veículos oficiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte art. 15-A à Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950:

“Art. 15-A. É obrigatória a contratação de seguro de automóveis para os veículos oficiais, próprios ou contratados de prestadores de serviços, com as seguintes coberturas:

I – responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V);

II - acidentes pessoais de passageiros (APP).

Parágrafo único. Além das coberturas previstas neste artigo, os seguros dos veículos oficiais próprios da administração pública direta, autárquica e fundacional devem garantir danos contra colisão, incêndio ou roubo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado LUCAS VERGÍLIO
Relator